

Solidariedades, festas e interconexões: uma conversa com Valdemir Zamparoni

Matheus Serva Pereira¹

Priscila Ribeiro Dorella²

A entrevista a seguir foi realizada com Valdemir Zamparoni, Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em setembro de 2021, por videoconferência, durante a vigência de uma das restrições causadas pela pandemia do COVID-19. No início de sua carreira, nos anos 1980, Zamparoni dizia que ao estudar a “África”, recebia “um olhar de admiração e espanto”. Quando afirmava que seu enfoque era no país Moçambique, a situação ficava mais complicada. Terminava por deixar seu interlocutor “perdido, pois podia nem mesmo saber onde ficava” o país, terminando por passar a imagem de “alguma espécie de *hippie* do mundo universitário”.³ Atualmente aposentado, o historiador é conhecido no campo historiográfico dos estudos africanos produzidos no Brasil como um dos acadêmicos pioneiros da investigação do passado do continente africano e como nome fundamental para a ampliação do olhar sobre a África para além do continente de origem das pessoas escravizadas trazidas ao Brasil. Suas publicações,

¹ Doutor em História Social da África pelo Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e no projeto INDICO – *Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações*, financiado através de fundos nacionais pela FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência PTDC/HAR-HIS/28577/2017), e sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. E-mail: matheusservapereira@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Associada de História das Américas na graduação e pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Integra o Projeto DALE (Decolonizando a América Latina e seus espaços), na Universidade de Integração da América Latina (UNILA). A entrevista resulta dos frutos gerados pelo convênio firmado entre a UFV e a Universidade Eduardo Mondlane. www.jornalismo.ufv.br/mocambique/maninguenice. E-mail: priscila.dorella@ufv.br.

³ ZAMPARONI, Valdemir. “Prefácio”. In: MATTOS, Regiane; MORAIS, Carolina; PEREIRA, Matheus (orgs.). *Encontros com Moçambique*. Rio de Janeiro: E. PUC-Rio, 2016, p. 9.

disciplinas, palestras e orientações foram responsáveis pela disseminação de pesquisas que, sobretudo após 2003, fizeram com que o interesse e o conhecimento sobre a África fossem ampliados e consolidados no cenário universitário brasileiro. A descontraída conversa que tivemos com Zamparoni trouxe à tona uma série de conexões que entrelaçam sua trajetória acadêmica e de vida com amplos contextos históricos dos (des)caminhos das relações existentes entre a América Latina, o Brasil e Moçambique, ao longo dos últimos 40 anos.



Matheus Pereira: Convidamos o Professor Zamparoni para fazer parte do atual dossiê devido à sua grande importância nos estudos sobre Moçambique, merecendo destaque o seu estudo basilar “De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique” (2007), além de uma série de outros trabalhos sobre o passado moçambicano, os desafios da investigação em contextos africanos e o ensino de História da África no Brasil. Sua trajetória de vida também é fundamental para justificar o nosso convite, tendo sido um dos primeiros brasileiros a realizar parte da sua formação acadêmica em Moçambique. Interessa observar que sua formação inicial se deu na Universidade de São Paulo (USP), em 1975, na mesma época dos processos de Libertação de Angola, Cabo Verde, Guiné-

Bissau e Moçambique. É perceptível como importantes nomes da historiografia africanista internacional também foram contemporâneos desses movimentos, como são os casos do Edward Alpers e do Allen Isaacman, para citar alguns. Porém, estes não estabeleceram relações ou vivenciaram outros contextos reivindicatórios, sobretudo do “Sul Global”, que dialogaram com as descolonizações, como foi o caso do fortalecimento do movimento negro no Brasil e das lutas contra as ditaduras na América Latina. Zamparoni, como essas outras lutas latino-americanas estavam no horizonte dos seus intercâmbios intelectuais?

Valdemir Zamparoni: Agradeço muito a oportunidade de falar sobre a África em uma revista especializada sobre América Latina. E também para falar sobre Moçambique, minha trajetória e algumas interpretações sobre as conexões entre Brasil, América Latina e Moçambique. De fato, entrei na USP em 1975, o que coincide com a Revolução dos Cravos (1974), a revolução que colocou fim à longa ditadura salazarista que sufocava o povo português e os povos das colônias. Essa ditadura foi derrubada, dentre outras coisas, pela ação da militância da esquerda e dos democratas portugueses, mas também impactada pelas pressões geradas com as lutas de libertação nacional na África. A pessoa que me convidou para ir para Moçambique, em 1979, o Aquino de Bragança, então diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Mondlane, costumava dizer que “cada tiro dado na mata em Moçambique ecoa na baixa lisboeta”. Ou seja, há uma conexão direta entre o fim da ditadura portuguesa e as libertações. A narrativa que havia em Portugal, sobretudo construída depois dos anos 1950, quando as colônias deixaram de ser chamadas oficialmente de colônias e voltaram a ser chamadas de províncias ultramarinas, estabelecia que Angola, Moçambique, Guiné-Bissau etc., eram províncias de Portugal, sendo, portanto, integradas ao país. Essa era uma narrativa falsa e para justificar as pressões contrárias ao colonialismo português. Quando entrei na USP, comecei a acompanhar a luta contra essa falsa narrativa histórica do regime salazarista que considerava as colônias províncias integradas a Portugal.

Logo que entrei na USP, assumi uma livraria no centro acadêmico de História e tive contato com uma imensidão de livros publicados em Portugal e distribuídos no Brasil, quer sobre o fim do salazarismo e da história política portuguesa a partir de uma perspectiva de esquerda, mas também as obras e textos dos líderes e pensadores africanos, latino-americanos e caribenhos. A primeira edição em português que tive acesso do Frantz Fanon foi em 1975, por meio de uma publicação portuguesa. Também nessa época chegaram dois volumes do pensamento do Amílcar Cabral. Trabalhar na livraria me permitiu conhecer uma série de livros que seriam inacessíveis. O que veio acompanhado por um interesse em buscar nas agências internacionais de notícias informações sobre o tema, me deixando por dentro do que ocorria na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, e também na América Latina com suas ditaduras (Argentina, Uruguai, Chile etc), democracias fragilizadas (México) e resistências guerrilheiras (Tupamaros, MIR, Montoneros etc.). Nesse processo de formação, comecei a me interessar particularmente pelas ideias que vinham de dois lugares: a produção intelectual incontornável do Amílcar Cabral e as notícias de como Moçambique estava enfrentando o seu processo de independência. Eu achava as ideias vindas de Moçambique muito mais simpáticas, por exemplo, do que estava acontecendo em Angola. Lembro que o meu primeiro artigo sobre África foi para fechar uma disciplina de História Contemporânea sobre o pensamento de Amílcar Cabral. Na segunda metade da década de 1970, tive acesso a uma importante literatura africana, mas também latino-americana. Lia Amílcar Cabral, Frantz Fanon, Mariátegui... Lembro de como as editoras mexicanas, FCE e Siglo XXI, traduziram obras marxistas, como *O Capital*, e livros sobre as lutas anticoloniais, que foram meu primeiro contato com este tipo de bibliografia.

Priscila Dorella: Esse final dos anos 1970 na América Latina era um período de muita efervescência política. Me lembro de aulas que tive com a Prof.^a Maria Ligia Prado, na USP, e como ela afirmava que nesse período constituiu-se uma série de disciplinas na universidade para pensar a América Central e descobrir esse universo das “últimas utopias

revolucionárias”. Gostaria de saber como foi essa questão e como isso marcou esse momento de sua trajetória.

Valdemir Zamparoni: Bem, sou filho de operário do ABC Paulista e entrei na USP com o sonho de ser professor do Ensino Médio, não imaginava que teria as oportunidades de estudar em Moçambique, México e Portugal. A América Latina fui descobrindo por meio das aulas e do convívio com a Prof.^a Maria Ligia Prado, das lutas contra a opressão, que tinha palavras de ordem contra a ditadura de Somoza, na Nicarágua, e a grande simpatia pelas obras do Carlos Mariátegui. Nosso diálogo passava por acompanharmos o que se passava na África e na América Latina e pela literatura que, de maneira privilegiada, pude ter acesso. Além disso, fundamentalmente, o diálogo passava pela música, sobretudo antiditatorial, como a produzida por Vitor Rara, Mercedes Sosa, Inti-Illimani, Violeta Parra etc., cujos discos comprávamos em vaquinhas e depois gravávamos em fitas cassetes para repartir e ouvir em festas estudantis. Na altura, não estava nos meus horizontes ir fazer nada na América Latina. Porém, quando voltei de Moçambique, fui para o Colégio de México, onde fiquei por seis meses.

Eu lembro que no movimento estudantil tínhamos palavras de ordem relacionadas à Revolução Sandinista. Mas quero deixar claro que não participava de nenhuma tendência política do movimento estudantil e nem era filiado a um partido, eu era um estudante independente e crítico. Foi talvez por isso que Mariátegui me pareceu interessante. Gostava muito do seu marxismo, que não era stalinista e pensava a ideia de revolução muito próximo das realidades latino-americanas. Claro, isso é a minha lembrança de 1977, mas coincidia com a perspectiva marxista que Aquino de Bragança chamava de “marxismo samoriano”, ou seja, elaborado por Samora Machel e empregado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) na luta em prol de um marxismo moçambicano adaptado e adaptável à realidade moçambicana, pelo menos até o 4º congresso da Frente.

Priscila Dorella: Quando tive a oportunidade de conhecer Maputo, me surpreendi com o nome das ruas, com os seus nomes de líderes revolucionários latino-americanos. Me chamou muito a atenção as avenidas e ruas, com nomes como Salvador Allende e Augusto Cézár Sandino. Isso alimentou a minha curiosidade sobre o processo revolucionário moçambicano e as pontes que foram construídas.

Valdemir Zamparoni: Essa coisa dos nomes é muito interessante. Em Moçambique, especialmente em Maputo, quase todas as ruas foram rebatizadas após a Independência, com nomes de líderes da esquerda global e líderes africanos.... Ho Chi Minh, Mao Tse Tung, Amílcar Cabral etc. Mas muitos nomes coloniais persistiram. É muito interessante como tanto em Moçambique como em Angola ainda tem muita gente que se refere às ruas com os nomes do período colonial. Essa ideia de rebatizar, de substituir um pelo outro, não me parece adequada. Renomear é um processo histórico recorrente. Isso ajuda a construir uma nova memória. Porém, muitas vezes apaga a memória da opressão que estava por trás daquele nome. Não basta mudar os nomes de ruas e apagar a marca da opressão que elas representam. Para as pessoas saberem o que foi a opressão é preciso contextualizar e retirar o imaginário de culto dos marcos, como os nomes da rua ou da construção de estátuas. Quem sabe quem era o opressor? É preciso contextualizar, não apenas apagar, porque apagar é apagar a memória da sociedade que decidiu homenagear o colonizador. Que sociedade era essa? Não podemos esquecer.

Quando cheguei em Maputo, havia um terreno onde estavam estátuas desmontadas e, ao lado deste lugar, foi construído o Museu da Revolução. Anos depois, a Fortaleza de Maputo, que também era um símbolo de ocupação colonial, foi transformada em um espaço museológico e algumas dessas estátuas foram remontadas nesse museu, ganhando um novo sentido. Então, a destruição pura e simples é danosa para a memória histórica não só do opressor, mas também do oprimido. Destruir o passado, como quis fazer Rui Barbosa com a queima da documentação da escravidão no Brasil, não resolve a questão. A história do que significou aquilo é muito importante... a simples mudança do nome da rua ou da praça não muda a rua e muitas vezes esconde a

camada de opressão que estava por baixo desse novo nome. Colocar outro nome de rua ou outra estátua não muda a sociedade e pode acabar escondendo a opressão. Monumento é documento, como diz Le Goff. Destruir monumentos é equivalente a queimar documentos de um arquivo.

Matheus Pereira: No início da nossa conversa, o Zamparoni mencionou que fez seis meses de mestrado no Colégio de México. Minha questão diz respeito a como que a trajetória do campo historiográfico da História da África produzida no Brasil, a partir dos anos 1980, dialogou com o México. Existem vários exemplos de importantes historiadoras que passaram pelo país, como a Monica Lima e a Mariana Candido. Esses caminhos acadêmicos entre Brasil, América Hispânica e África parecem estar muito embricados. Afinal, por que você foi para o México?

Valdemir Zamparoni: A UNESCO, nos anos de 1950 ou 1960, queria criar um programa de Estudos Africanos na América Latina e o Brasil perdeu essa oportunidade, que foi abraçada pelo México. O México se tornou, então, uma grande referência nessa área. Depois que voltei de Moçambique, em 1984, me tornei professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Não havia História da África no currículo. Um ano depois, a disciplina estava implantada e eu era o professor. Alguns anos depois, em 1987, criei um curso de especialização sobre História da África, tendo como base uma parceria entre o MEC e o Banco Interamericano, trazendo pesquisadores da América Latina e de Portugal para participarem. Naquele momento, o único lugar que havia a possibilidade de alguém fazer uma pós-graduação em estudos africanos era no Colégio do México. Você poderia fazer em alguns centros, como o da USP, mas não era um programa de pós-graduação específico em estudos africanos. Outros nomes, que viraram especialistas em estudos afro-brasileiros, também passaram pelo colégio, como o Manolo Florentino. De fato, era a única instituição, abaixo do Rio Grande, que tinha um programa específico para a África. Em 1988, fui para o El Colégio de México. Fiquei seis meses, mas vi que o programa não tinha muito o que me oferecer. Achei o programa fraco naquela altura. Para azar meu, o Colégio estava passando por uma crise financeira e não havia perspectiva

de os professores africanos participarem do programa naquele momento. Decidi voltar para o Brasil, já que tinha material suficiente recolhido em Moçambique para trabalhar e acabei voltando para a USP. Lembro que dialogava, naquela época, com o historiador Carlos Guilherme Mota. Ele virou o meu orientador para eu conseguir uma bolsa pela FAPESP, de três meses, que acabou durando três anos. Então, o Colégio de México entra na minha trajetória porque era o único lugar em que alguém que falasse “eu quero estudar a África em um programa especializado em África” tinha que necessariamente ir para lá. Hoje muita coisa mudou. A gente tem uma massa crítica de docentes que permite uma formação de alta qualidade nas universidades federais do Brasil, coisa que na minha época não existia. As pessoas, em geral, estavam espalhadas pelo país.

Priscila Dorella: Retomando o embaralhamento da sua trajetória de vida com a história moçambicana, quando você foi para Moçambique havia muitos latino-americanos? Talvez uma das maiores influências latino-americanas em Moçambique tenha sido a da experiência revolucionária cubana. Essa é a minha impressão.

Valdemir Zamparoni: Quando cheguei em Moçambique, em 1979, havia algo muito interessante... Era um lugar cheio de estrangeiros e muitos deles exilados... alemães, poloneses, húngaros, romenos, norte-coreanos, vietnamitas, latino-americanos... Tínhamos gente de todos os países. Entre os latino-americanos, havia muitos argentinos, uruguaios, chilenos, mas também bolivianos, mexicanos, guatemaltecos, peruanos. O grande volume era de chilenos e argentinos. Havia diferenças e também uma grande união em busca de pensar a solidariedade entre os povos. Eram iniciativas individuais desses exilados que permitiram essas experiências e que buscavam ir para Moçambique.

Os cubanos eram um caso à parte. No caso de Cuba, era uma cooperação de Estado a Estado. Sendo esse tipo de cooperação, existia um volume muito grande de técnicos, médicos, professores de ensino médio, conselheiros militares. Interessante que não tinham muitos cubanos na universidade, como no Centro de Estudos Africanos. Eles estavam espalhados pelos órgãos públicos e ministérios. Morei em um prédio em que

vários andares eram habitados apenas por cubanos. Mas, curiosamente, muito provavelmente por ser uma orientação do partido e do governo cubano, eles se misturavam muito pouco com os demais latino-americanos. Penso que, talvez, os cubanos achassem que seriam contaminados por esses “pseudomarxistas”, esses “capitalistas transvertidos de marxistas” que estavam no exílio. Porque, de fato, não havia uma festa que reunisse muitos cubanos. Parecia que os cubanos não faziam questão em estabelecer um contato. O caso moçambicano foi diferente do angolano, onde os cubanos entraram de forma maciça como força militar.

Priscila Dorella: Quando a gente começou a construção do dossiê, encontramos, de fato, muitas análises sobre a relação entre Cuba, Angola e Moçambique nos processos de independência. Seguindo essa questão, gostaria de abordar o tema da democracia na experiência revolucionária. Uma das grandes críticas à Revolução Cubana é a de que em muitos momentos ela se enrijeceu, burocratizou, centralizou o poder na mão de um determinado grupo. Isso teria corroborado para um processo, em muitos sentidos, com traços autoritários. Dito isso, o processo revolucionário de independência moçambicano, muito inspirado em outras experiências revolucionárias, como a cubana ou a chilena de Allende, teve a democracia como um valor político? Incorporou isso como algo fundamental? Afinal, nessa cooperação, entre o Estado cubano e o Estado moçambicano, havia margem para se observar o desenvolvimento de uma experiência revolucionária democrática?

Matheus Pereira: Acrescento um comentário à pergunta da Priscila. Um debate que temos tido diz respeito à existência de um vocabulário disseminado pelo fenômeno da chamada “Globalização Vermelha”, entre os anos 1960 e 1970, baseado na ideia de revolução, que às vezes dialoga e às vezes não com a ideia de democracia. E que nos anos 1990 e 2000 declina de maneira bastante acentuada, praticamente desaparecendo. Parece-nos que é como se os futuros sonhados por esses países que temos mencionado em nossa conversa minguassem a ponto de se tornarem pesadelos que precisam ser esquecidos no tempo presente.

Valdemir Zamparoni: Esse processo ganha um peso muito forte no resto do mundo com a revolução chinesa. Mais pontualmente com a guerra do Vietnã, a ascensão e a vitória contra os EUA. É preciso lembrar que o Vietnã, de Ho Chi Minh, deu o tom de muitas revoluções, sobretudo na América Latina, mas os processos revolucionários aconteceram a partir das próprias experiências locais, especificidades dos povos colonizados ou brutalizados por ditaduras. A ideia de democracia estava presente, mas não era esse modelo de democracia ocidental burguesa, e sim de democracia popular. Se pensarmos bem, havia essa democracia popular muito forte desde os anos iniciais da independência de Moçambique. Nesse período, as pessoas dos bairros eram eleitas para serem juízes. A justiça, chamada de “justiça popular”, não era uma coisa elitista, acessível apenas para um pequeno grupo ou uma classe social que tinha dinheiro para contratar advogados, nem se seguia a lógica ocidental do que é justo e do que não é justo, da imposição de lógicas jurídicas coloniais. É preciso lembrar que o regime jurídico colonial português não era acessível para a grande maioria da população. Certas coisas que para os portugueses pareciam crimes, para as pessoas locais pareciam atos normais. E o inverso também era verdadeiro. A noção do que é justo não é uma noção universal. Naquele momento pós-independência, o governo moçambicano lançava *slogans*, fazia propaganda do *Homem Novo*, daquilo que seria o justo ou não. Mas, na verdade, havia um conjunto enorme de decisões que passavam por aquilo que a população, nos mais baixos níveis, no “fundo do mundo”, que decidia com base nos critérios de justiça local. Mas, aos poucos, um Estado, sobretudo um Estado que nasce a partir de uma luta armada e que não tem o controle de corações e mentes ao longo de muito tempo, especialmente nas grandes cidades, chega no poder e tenta mudar corações e mentes de uma maneira muito abrupta. Essa tentativa de mudança acaba por levar a ações autoritárias, se tornando impotente para satisfazer os anseios populares e, com isso, vai se tornando impopular. O Quarto Congresso da FRELIMO, a meu ver, foi o fim de um marxismo diferenciado, de uma revolução que poderia ser chamada de “popular”, porque consolidou um regime de caráter estalinista de partido-estado autoritário, com normas rígidas. Isso indica que era uma atitude de defesa,

por parte do partido FRELIMO, de tentativa de fortalecer a sua governança, mas, também, como toda tentativa de consolidação autoritária, acabou gerando descontentamentos e conflitos. As pessoas queriam participar, mas não queriam segundo aquelas normas rígidas estabelecidas a partir do Quarto Congresso. Porém, nem por isso elas eram inimigas. Mas se você faz uma narrativa de ou se estava com a revolução ou não estava, você acaba produzindo uma desassociação entre os anseios das pessoas e aquilo que o Estado espera delas.

Nos primeiros anos em que estive em Moçambique, havia uma coisa muito importante na trajetória moçambicana, que era o carisma do Samora Machel, semelhante, inclusive, ao do Che Guevara. O seu carisma pessoal foi fundamental para que muita coisa fosse feita. É curioso que essa figura pública tem sido ressuscitada. Os *Tempos de Samora* (1975-1986) voltaram. As pessoas cultuam esse tempo com aquela ideia de que o passado parece mais bonito que o presente. Muitos anos atrás, estava indo para o Arquivo Histórico de Moçambique, quando ainda ficava no centro da cidade, e escuto, de manhã cedo, o som alto de um discurso do Samora. Vinha de uma pequena oficina mecânica. Estava lá um jovem, que não nasceu nos anos 1980, ouvindo uma fita cassete, consertando um carro ao som das palavras do Samora. Depois de uns anos, começaram a aparecer os CDs, os DVDs, as camisetas, os bonés, com a figura do Samora. Assim como a figura do rosto do Che Guevara virou moda, em Maputo a estampa nas camisas é a do Samora Machel. Sua maneira de encarar o marxismo também era importante, sendo muito menos ortodoxa do que foi aquela que acabou acontecendo. Ninguém pode retirar a responsabilidade dele nos desmandos ou violências que aconteceram em nome do povo, contra o povo. Ainda não existem estudos pormenorizados sobre os membros do poder no *Tempo Samora* e seria muito interessante que fossem realizados. De qualquer forma, tenho a impressão de que ele, pessoalmente, ou não concordava e era levado pela maioria ou, se concordava, fazia de má vontade. O famoso centralismo democrático pesava nos comportamentos dessa gente para conduzir o processo.

Priscila Dorella: Essas reflexões que você faz são muito importantes. Afinal, por que dessa visão idealizada e da necessidade de voltar para o passado? Sinto que hoje existe uma distopia profunda em relação à possibilidade de se fazer uma revolução. Essa palavra nem é falada nos termos que foram vividos em outras épocas. Estamos com uma imaginação política de horizontes estreitos. Eu queria ouvir como é que você está pensando essas questões no tempo presente, novos temas de pesquisa, novas conexões entre Moçambique e a América Latina. Afinal, como isso tem transformado as percepções sobre o entrelaçamento dessas histórias.

Matheus Pereira: Acrescento que vale a pena refletirmos sobre como as relações entre a América Latina e a África, como um todo, e, mais especificamente, entre Brasil e Moçambique, mudaram muito rapidamente nos últimos 10 anos. Como essas transições e transformações são pautadas por questões que fogem ao nosso olhar no tempo presente.

Valdemir Zamparoni: Moçambique saiu do colonialismo, viveu alguns anos do projeto revolucionário socialista e caiu em sequência no mais selvagem capitalismo. Por que as pessoas cultuam o revivalismo do Samora? É claro que as pessoas passavam necessidade no tempo de Samora Machel. Elas recebiam um cartão de abastecimento que lhes garantia uma cesta básica em função da unidade familiar. Já o alto escalão e os estrangeiros tinham acesso a maiores recursos e produtos. Mas, seja como for, o desnível social daquela época era muito pequeno. O que incomoda as pessoas não é a pobreza. É a sensação da desigualdade. Se a diferença social é pequena, você tem uma sensação de viver um tempo de igualdade e felicidade. Quando Moçambique caiu no capitalismo selvagem, e alguns abocanharam as empresas e recursos nacionais, provocaram muita desigualdade social. Não é de surpreender que o passado pareça melhor. Então, não é de surpreender que o passado volte sob a forma do culto ao Samora. Constantemente, recebo dos meus alunos moçambicanos memes com frases do Samora Machel, muito em voga atualmente, como “Não basta substituir a pele do opressor, temos que suprimir a opressão”. Qual o sentido disso? Obviamente porque é isso que está se passando. Os dirigentes estão agora expropriando terras que nem o colonialismo tinha conseguido fazer, associando-se a

empresas, são donos da exploração dos diamantes, dos rubis. O atual levante sob o manto do islã, em Cabo Delgado, não é movido por um partido, mas por uma insurgência popular com uma narrativa islâmica que encontra adesão em jovens que estavam nas margens desses sistemas de exploração. O revivalismo de Samora, muito presente nas grandes cidades, sobretudo no sul de Moçambique, está no mesmo diapasão dessa adesão de alguém que promete uma lei de justiça e igualdade presente na *sharia* divulgada entre os jovens do norte moçambicano. O sentimento é de que o presente não é bom e que o futuro pode ser ainda pior, remetendo o atual para o passado, mesmo sendo um passado que os jovens não viveram. E, é claro, o Samora Machel está hoje revirando no túmulo. É um herói nacional só de fachada. Porque, na prática, ninguém que está governando o país faz nada daquilo que o Samora dizia nos comícios que acompanhávamos com gosto. Milhares de pessoas iam nos comícios porque concordavam com o tom dos discursos.

Priscila Dorella: Foram muitos anos de luta que podem ser desmanchados muito rapidamente, né? Os processos de Moçambique são comuns a outras experiências latino-americanas. Voltando um pouco para os anos 1980, queria falar sobre o cartaz que usamos para a divulgação da chamada do dossiê. Zamparoni, você foi membro da Associação Brasileira de Solidariedade (ABRASO), uma associação de cooperantes internacionalistas existente em Moçambique durante os anos 1980, justamente no momento de grande efervescência política na América Central. O cartaz que usamos para a divulgação do atual dossiê, de um evento de solidariedade, ocorrido em 1981, à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, foi organizado pela Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os Povos (AMASP). Você pode nos ajudar a compreender melhor o cartaz, o papel dessas associações, as conexões internacionais estabelecidas por estas associações e as atividades que realizavam?

Matheus Pereira: Para complementar a pergunta da Priscila, o cartaz é um exemplo das circularidades e aproximações entre as experiências moçambicanas e latino-americanas. Aproximações que acabaram levando, inclusive, El Salvador a ser um tópico de discussão em Moçambique nos anos 1980, num momento em que era muito mais difícil a troca de

informações entre regiões dispersas no mundo todo. Curiosamente, esse cartaz em específico está armazenado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Unicamp, em Campinas, e não sei se existe algum exemplar em Moçambique.

Valdemir Zamparoni: Antes de responder essa nova questão, quero retomar, rapidamente, o pensamento que vinha desenvolvendo anteriormente. Nós achamos que conquistas já estão garantidas e são eternas. Estamos vendo que não é assim. Muito rapidamente o jogo pode virar. Nenhum dos regimes ou propostas que signifiquem mudanças que possam afetar interesses muito fortes permanecem ilesos aos interesses globais. A revolução de Moçambique era muito forte, era um regime negro de orientação socialista cercado pela África do Sul do *apartheid* e pressionado por outros países fronteiriços. Pessoas que encabeçam esses projetos viraram alvo, como foi o caso do Allende e do Samora Machel.

Hoje, temos até as igrejas da teologia da prosperidade que se alimentam da vulnerabilidade das populações diante da injustiça. Quando você tem a passagem de um regime em que existia miséria, mas também existia o mínimo para as pessoas, para um regime de miséria absoluta, abre-se caminho para vir alguém que lhe promete prosperidade. A miséria é um adubo para esse tipo de ação. E, obviamente, existem pessoas no poder interessadas nesse tipo de empreendimento.

Gostaria, também, de falar algo preocupante com relação à pesquisa histórica. Essa coisa do cartaz estar em São Paulo e talvez não estar em Maputo me fez lembrar os projetos de digitalização que são projetos de canibalização do que é do Outro. Essa digitalização não é necessariamente uma benesse. A digitalização de acervos africanos por parte de países europeus e norte-americanos, como o desenvolvido pelo projeto ALUKA, hospedado no JSTOR, ou seja, em uma plataforma paga, que acaba por tornar possível produzir uma pesquisa insípida e inodora. Quem decidiu que a ALUKA escolheria o que era mais importante ou não recolher? Fica muito cômodo para um jovem historiador, no conforto do seu ar-condicionado, da sua biblioteca, da sua casa, pensar o

Outro distante, sem sentir o cheiro da rua, as dificuldades das pessoas. Deixa de ser preciso sentir o país e ver o inesperado e o impensado. Minha posição é radical: dificilmente será feito um trabalho de história minimamente descente sem sentir essas coisas.

Por outro lado, a digitalização também promove um efeito perverso, que é o da direção sobre a qual se vai fazer o trabalho do historiador. Quem digitaliza decide o que vai ser digitalizado. Ao fazer isso, exclui uma multidão de documentos muito maior do que aquele que é digitalizado. A facilidade em consultar o que está digitalizado vai dirigir o esforço dos historiadores para aquele pequeno conjunto de documentos. Isso poderá criar uma distorção da interpretação histórica, porque está todo mundo trabalhando sobre os mesmos pacotes de documentos que estão digitalizados. A digitalização é também uma perda, apesar de parecer ser completa e universal. Produz acesso restrito, exploração econômica e desleixo com os arquivos originais. Quando não existia a digitalização, existia um aporte financeiro e tecnológico para os detentores das coleções. Pensar sobre a gestão dos documentos e dos acessos aos fundos históricos é fundamental. Não podemos ficar eufóricos e acríticos a todo esse processo que estamos vivendo. Precisamos pensar sobre isso.

Matheus Pereira: Muito importante o caminho que você trilhou com a sua resposta. É curioso como esses cartazes e as associações surgem com a intensão de promover a solidariedade entre povos oprimidos, dominados. Porém, quando viram documentos históricos, podem acabar perdendo a sua função original. Ganham significados de exploração econômica, desigualdade global, acesso restrito ao passado. É incrível como começam de uma forma e viram outra.

Valdemir Zamparoni: Voltando ao passado e para comentar mais precisamente sobre o cartaz. Esse cartaz que vocês usaram foi feito em solidariedade ao movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador, que lutava contra a opressão promovida pelos militares e pelo governo norte-americano, nos anos de

1980. O cartaz convocava todas as associações de amizade e solidariedade, como a Associação Brasileira de Solidariedade (ABRASO), para apoiar a luta de El Salvador. Havia muitos desses cartazes para eventos semelhantes. Eu mesmo devo ter alguns em casa.

Não sei se ainda tenho no meio dos meus papéis, mas nós produzíamos umas filipetas fotocopiadas que para as festas chamadas “festa da bala”. Era do movimento de solidariedade. O preço do ingresso da festa era o preço de uma bala de fuzil. O dinheiro arrecadado pela Associação Moçambicana e por outras associações, como a ABRASO, era convertido em apoio aos movimentos guerrilheiros. A associação composta por brasileiros fez várias destas festas. O cartaz era muito engraçado. Lembro-me um em específico que tinha um copo de cerveja de um lado e uma bala de fuzil em pé do outro lado. Então, você comprava o ingresso, “enchia a cara”, ouvia música latino-americana e brasileira, e, ao mesmo tempo, estava contribuindo para um movimento. Não sei se era o preço real de uma bala de fuzil, mas era o que dizíamos. Nessas festas, escutávamos canções latino-americanas dos anos de 1960 e 1970, marrabenta e as canções revolucionárias da FRELIMO. As “festas da bala” tinham a ver com essa coisa da solidariedade.

Priscila Dorella: Zamparoni, encaminhando para o final, queríamos ouvir alguma referência bibliográfica sobre a América Latina que te tocou e alguma referência africana que você ache indispensável para o público da revista da ANPHLAC, que não necessariamente está familiarizado com a história de Moçambique.

Matheus Pereira: Zamparoni, se você quiser falar mais sobre música moçambicana, fique à vontade.

Valdemir Zamparoni: Eu continuo lendo autores latino-americanos. Na minha época, liamos muito a *Teoria da Dependência*. O nome que fica para mim é o nome incontornável do Mariátegui. Me lembro que um dos livros mais importantes desse período em que ainda não havia ido para Moçambique, no final da minha graduação, foi

o da Sonia Corrêa e do Eduardo Homem, “Moçambique: primeiras machambas”. É um livro que me marcou bastante naquela altura e que fala muito da importância e da euforia do pós-independência moçambicano. Hoje, se eu for citar autores moçambicanos para serem lidos, existem alguns nomes incontornáveis. Existe uma nova geração de cientistas sociais muito interessante, sem contar a literatura. Para citar alguns nomes, lembro do Mia Couto, do João Paulo Borges Coelho, da Pauline Chiziane, Teresa Cruz e Silva, Isabel Casimiro, do Elísio Macamo, Severino Ngoenha. De música, escuto de tudo. Uma mistura, especialmente da minha época da juventude. Sou um velho que ficou no passado.

Nunca tiveram tantos brasileiros na África como entre os anos 2010 e 2015, mais ou menos. Isso foi fortalecido por uma série de projetos do governo brasileiro que favoreceram um contato e a aproximação de pessoas do Brasil com a África. Muito disso contribuiu para a grande expansão que temos dos estudos africanos no Brasil. Foi uma política governamental brasileira que facilitou e criou o clima para isso. Eu sou um otimista e não há mal que sempre dure.

Sinto-me muito honrado por essa oportunidade de compartilhar um pouco da minha trajetória, da minha história, nesse conjunto de episódios.

Priscila Dorella / Matheus Pereira: Nós que queremos agradecer muito, mais uma vez! Foi uma honra para nós! Estávamos certos ao intuir a importância em pensar essas conexões entre América Latina e Moçambique.